



**Ricardo Antonio
Cazumba**

Doutorando em Estudos Estratégicos no Programa de Pós-graduação do INEST-UFF, Mestre em Estudos Estratégicos pelo mesmo programa, e licenciado- bacharel em História pela Universidade Santa Úrsula. O Autor é Oficial da reserva do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e é membro do Grupo de Pesquisa de Estudos da Guerra da Escola Superior de Guerra (ESG), onde foi instrutor no período de 2017-20.

O CONCEITO DE CENTRO DE GRAVIDADE: SEU EMPREGO COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO NOS EUA E NO

BRASIL

THE CONCEPT OF CENTER OF GRAVITY: IT'S USE AS A PLANNING TOOTL IN THE USA AND BRAZIL

RESUMO: O artigo tem por objetivo apresentar como o conceito de Centro de Gravidade (CG), presente na obra Da Guerra, foi incorporado à doutrina militar brasileira, particularmente à Doutrina de Operações Conjuntas, de forma acrítica. O conceito, como é demonstrado, não sofreu o profundo debate necessário antes dessa incorporação, se convertendo em ferramenta de planejamento e empregado em situações operacionais totalmente descoladas de sua destinação original. Para atender esse objetivo, no artigo analisam-se referências originais contidas na obra, buscando-se caracterizar como o autor entendia o conceito e os seus limites. Desenvolve-se, também, um esforço de reconstrução do contexto histórico e social em que o conceito de CG passou a atrair a atenção das forças armadas dos Estados Unidos. No texto são apresentadas as principais tentativas de operacionalização do conceito, indicando-se as concordâncias entre os principais autores e as divergências. O artigo atenta para as consequências do consumo acrítico e descontextualizado de ideias e conceitos militares do centro internacional por países detentores de experiências totalmente distintas.

Palavras-Chave: Clausewitz; Centro de Gravidade; Doutrina.

ABSTRACT: The article aims to present how the concept of Center of Gravity (CG), present in the work Da Guerra, was incorporated into the Brazilian military doctrine, particularly into the Doctrine of Joint Operations in an uncritical way. The concept, as shown, did not undergo the necessary in-depth debate prior to its incorporation, becoming a planning tool in operational situations totally detached from its original destination. To meet this objective, the article analyzes original references contained in the work, seeking to characterize how the author understood the concept. An effort is also being made to reconstruct the historical and social context in which the concept of CG started to attract the attention of the US armed forces. The text presents the main attempts to operationalize the concept, indicating the agreements between the main authors and the divergences. The article pays attention to the consequences of the uncritical and decontextualized consumption of military ideas and concepts from the international center by countries with totally different experiences.

Keywords: Clausewitz; Center of Gravity; Doctrine.

1 Introdução

Alvo de críticas após a Primeira Guerra Mundial e alçado à centralidade do debate sobre a estratégia a partir da segunda metade do século XX, o pensamento de Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz tem, no meio militar, suscitado debates e divergências, particularmente em relação a um de seus conceitos: o de Centro de Gravidade (CG). Dentro de uma interpretação estreita de sua principal obra, que a entende como um “manual para compreender e conduzir a Guerra”, o conceito de CG se tornou atrativo na medida em que se entendia ser capaz de pontar uma maneira eficiente, com menos “atrição”, de enfrentar um inimigo e vencê-lo. Centrado inicialmente nas forças armadas dos Estados Unidos, o conceito foi incorporado por doutrinas militares de outros países e pela doutrina militar brasileira. No caso brasileiro sua incorporação ocorreu de forma acrítica, sem a devida compreensão do seu contexto de elaboração, sendo, inclusive, empregado de forma generalizada e fora de sua prescrição original.

Nesse sentido, considerando as limitações impostas a este artigo, pretende-se apresentar como o conceito de CG se apresenta no texto do “Da Guerra”, como ele foi operacionalizado pelo pensamento militar estadunidense e, no caso brasileiro, como o conceito vem sendo utilizado com profundas limitações e contradições. Para atingir essa propositura, o corpo do texto foi dividido em quatro partes, além dessa introdução e da conclusão. Em um primeiro momento (Seção 2) apresentar-se-á uma perspectiva geral da compreensão do autor sobre o fenômeno a guerra, necessária às devidas considerações que serão feitas sobre o conceito clausewitziano de CG na sequência. Ainda na segunda seção, pretende-se reconstruir o contexto histórico da redescoberta de seu pensamento pelos militares estadunidenses. Na terceira seção, o cerne consiste em esclarecer o que é o CG. Para tal, foram selecionadas algumas das vinte e oito referências ao termo encontradas no texto do “Da Guerra”. A análise dessas seleções possibilitará caracterizar como o autor compreendia o conceito. Na quarta seção apresentar-se-á os principais esforços de instrumentalização do conceito, dedicando-se especial atenção ao seu primeiro emprego no planejamento de uma operação militar pelos estadunidenses. Por último, tratar-se-á como o conceito foi incorporado pela doutrina militar brasileira e os problemas decorrentes da utilização de uma ferramenta epistemológica descontextualizada do pensamento original do autor e, como instrumento de planejamento, distante do contexto dos elaboradores de sua operacionalização.

Como foi explicitado, o objetivo central deste artigo é tratar de aspecto específico presente na principal obra do general prussiano: o conceito de Centro de Gravidade. Não é pretensão apresentar qualquer revisão bibliográfica da produção científica, nacional e

internacional, sobre a obra “Da Guerra”. O texto da principal obra de Clausewitz é fonte primária, como são tratados como fontes primárias os textos selecionados dos principais autores estadunidenses que se aventuraram em converter o conceito de CG em uma ferramenta de planejamento. Da mesma forma, os artigos brasileiros selecionados e apresentados no artigo para análise são entendidos, também, como fontes primárias. Foram escolhidos textos produzidos por militares, não acadêmicos, que trataram do emprego do conceito em operações de Garantia da Lei e da Ordem, com a particularidade de que seus autores participaram das operações de que tratam.

Cabe a consideração que persiste uma verdadeira lacuna na reflexão acadêmica brasileira sobre o conceito de CG, sua incorporação doutrinária e o seu emprego nos planejamentos operacionais.

A análise procedida orientou-se por uma abordagem dialética e pelo método de procedimento histórico.

2 Da Guerra: Críticas e Apropriações

Se existe um nome presente em toda reflexão abrangente sobre o fenômeno da guerra, sem dúvidas esse lugar pertence a Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz. Mais conhecido por sua obra inacabada e póstuma¹ “*Vom Kriege*” (Da guerra), como destaca Gerárd Chaliad, ao prefaciar sua obra “A campanha de 1812 na Rússia” (CLAUSEWITZ, 1994), Clausewitz foi um fabuloso historiador militar, com uma produção numerosa e pouco conhecida pelos militares em geral. A peculiaridade e a qualidade de sua produção em história militar devem-se ao olhar lançado sobre os seus objetos de pesquisa, especificamente os conflitos do século XIX. Em uma época em que a história militar era fundamentalmente descritiva, factual e focada na batalha e no heroico, o general prussiano buscava um entendimento amplo dos conflitos sob a perspectiva dos aspectos políticos, diplomáticos e militares. Seu nome ficou associado ao longo do tempo à máxima presente no livro I do “Da Guerra”, “A Natureza da Guerra”, especificamente no seu capítulo 1, que faz referência à relação intrínseca entre a política e a guerra: “A guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27). Na abertura do capítulo fica evidenciada a distinção do olhar de Clausewitz sobre o fenômeno da guerra em contraste com os pensadores que o precederam e que foram seus

¹Clausewitz morreu em 16 de novembro de 1831. Os manuscritos foram escritos após o término das Guerras Napoleônicas (1803-15), no período de 1816-30. Contudo, o autor não concluiu seu trabalho, o qual foi publicado após sua morte por sua mulher Marie von Clausewitz, entre os anos 1832 e 1834 e em volumes. (STRACHAN, 2008, p. 71).

contemporâneos². A análise do oficial manifesta o emprego de método científico, de método de abordagem. O autor declara como o seu objeto foi tratado, primeiro por seus principais elementos, depois por suas partes constitutivas e por final as conexões internas. Como ele mesmo declara, sua abordagem parte do simples ao complexo. Clausewitz manifesta empregar a abordagem indutiva em seu esforço de reflexão, mas pode-se afirmar que existe um potencial dialético em como trata o fenômeno da guerra, já que trata das relações dinâmicas entre o particular e o geral, entre o que é singular e o geral.

No livro I, Clausewitz (1996, p. 7) apresenta os conceitos fundamentais de seu pensamento. Define a guerra como essencialmente um ato de força, de violência, para dobrar a vontade do inimigo. Identifica que a forma assumida por essa violência e a sua intensidade variam, em função do momento histórico, logo, se determinadas sociedades em uma determinada época restringem essa violência, tal não se deve às características ontológicas do fenômeno guerra, mas sim aos fatores encontrados no ambiente social e histórico em que se encontram inseridos os Estados. A guerra não deve ser entendida como um fato em si mesmo, como um fato isolado (*Ibid.*, p. 12), pois existiriam fatores anteriores a ela. A guerra é política, sob a forma de violência. Como política, atende objetivos políticos, assim, é um instrumento para se alcançar algo. Logo, a guerra deve partir de uma decisão racional, da avaliação dos meios e recursos disponíveis e de sua capacidade de atingir os objetivos políticos.

Entendida a guerra como um choque de vontades, as ações desencadeadas por um dos contentores ocasionarão uma resposta, pois o adversário não é algo inerte, tem vontade própria. A resposta implicará em uma violência maior, buscando-se superar o opositor. Essa ação e reação conduziram a um resultado catastrófico, no qual o objetivo político seria engolido por um escalonamento contínuo da violência. No entanto, para o autor essa guerra, que denomina por Absoluta, é uma abstração. Essa guerra que contrasta com a Guerra Real, existiria quando os objetivos políticos se confundem com a finalidade militar. Isso ocorreria, por exemplo, quando a guerra estabelece como objetivo a aniquilação do inimigo. Nesse caso, a guerra passa a ser alimentada por ela mesma, tornando-se Absoluta (*Ibid.*, p. 25).

Ironicamente, o esforço intelectual promovido pelo general prussiano para compreender o fenômeno da guerra e as ferramentas conceituais que desenvolveu foram posteriormente

²Durante sua vida, Clausewitz teve embate com dois autores militares: freiher Heinrich Dietrich von Bülow (1757-1807) e Antoine-Henri Jomini (1779-1869). O primeiro entendia que a guerra pudesse ser desenvolvida em termos de fórmulas matemáticas e que era possível identificar leis imutáveis da estratégia da guerra. Jomini, por sua vez, compartilhava a ideia de que existiam leis imutáveis da estratégia, e as sistematizou nos famosos “princípios da guerra”, os quais, com algumas variações, estão presentes nas doutrinas das forças armadas contemporâneas.

qualificadas como “escritura filosófica” por Alfred von Schlieffen³ e como “bruma filosófica e política” pelos militares franceses antes da Primeira Grande guerra (ARON, 1986, p. 9).

A obra “Da Guerra” teve baixa penetração no meio militar após a sua publicação. Sua primeira edição, com mil exemplares, por exemplo, viria a se esgotar apenas após 20 anos (*Ibid.*). A obra foi publicada após a sua morte em alemão, língua pouco dominada pelos europeus na época. Seu texto é descoberto pelos militares, particularmente pelos franceses, após as rápidas e efetivas vitórias prussianas nas guerras contra os dinamarqueses (1864), os austríacos (1866) e os franceses (1870), custando aos últimos a perda dos territórios da Alsácia-Lorena. A declaração do Marechal de Campo prussiano Helmuth Karl Bernhard, Graf von Moltke,⁴ de que, além das obras de Homero e da Bíblia, “Da Guerra” era a obra que mais o havia influenciado despertou o interesse dos militares franceses em conhecer o pensador detrás das fantásticas vitórias prussianas (KEEGAN, 1995, p. 37). O próprio Ferdinand Foch⁵ teve acesso ao pensamento do prussiano e afirmou que sua obra indicava a importância do estudo da história militar como um instrumento para se compreender a natureza da guerra (STRACHAN, 2008, p. 20). Todavia, como destaca Shy (2001, p. 246), predominava entre os leitores franceses, ingleses e até alemães, no início do século XX, uma real incompreensão do texto que era considerado de difícil entendimento. Ao mesmo tempo, cabe assinalar que a influência dominante no pensamento militar do final do século XIX e início do XX era jominiana e não clausewitziana (PARET, 1975, p. 31 *apud* SHY, 2001, p. 247). Os leitores do “Da Guerra” rejeitavam a sua proposição que relacionava a guerra à política. Como destaca Paret (2001, p. 290), essa perspectiva manteve-se dominante até a década de 1930. Contudo, quando a Europa se vê envolvida em um conflito de grandes proporções (a Primeira Grande Guerra), mobilizando um número de indivíduos nunca antes visto, resultando em 20 milhões de mortos, a responsabilidade foi atribuída a Clausewitz e não a Jomini.

Um dos mais famosos críticos de Clausewitz e sua obra “Da Guerra” foi Basil Henry Liddell Hart, que em obras como “Estratégia: Aproximação Indireta”, publicada em 1941, e “O Fantasma de Napoleão”, de 1937, identificou em suas ideias a responsabilidade pelo atrito que marcou o combate durante a Primeira Guerra Mundial. É pertinente destacar que essa compreensão tem origem, em parte, em sua dificuldade em compreender a distinção entre os

³Chefe do Estado-Maior alemão no período de 1892-1906. Schlieffen concebeu o famoso plano militar que levou seu nome e que atendia a hipótese provável do Estado Alemão, em um conflito, viesse a enfrentar ingleses e franceses em uma frente ocidental e os russos em uma frente oriental.

⁴Chefe do Estado-Maior do IV Corpo do Exército prussiano. Comandou as operações militares na Guerra dos Ducados (1863-Dinamarca), na Guerra das Sete Semanas (1866-Áustria) e na Guerra Franco-Prussiana (1870).

⁵Ferdinand Foch (1851-1929) foi um general e acadêmico francês. Durante a primeira Guerra foi o Comandante-em-Chefe das forças aliadas no fronte oeste.

conceitos de Guerra Real e de Guerra Absoluta. Liddel Hart conferia ao general a culpabilidade pela crença predominante nas duas primeiras décadas do século XX de que a abordagem direta, o confronto, a concentração de forças e o número eram fatores vitais para a vitória. Entendia que Clausewitz havia rejeitado “[...] a ideia de que há uma maneira engenhosa de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e essa é apropriadamente a tendência da Arte da Guerra” (HART, 1982, p. 73). Em síntese, Liddel Hart defendia uma abordagem indireta das forças militares, privilegiando não a colisão dos exércitos, mas a manobra, a mobilidade e a capacidade (SHY, 2001, p. 251).

Liddel Hart não seria o único crítico do “Da Guerra”, nomes de destaque como Raymon Aron (*Pensar a Guerra*, 1976) e o historiador John Keegan (*Uma história da Guerra*, 1993) desenvolveram distintas críticas que não serão objeto de tratamento nesse artigo. Keegan, por exemplo, questionou o entendimento da guerra como continuação da política, contra-argumentando que Clausewitz ignorou que tratava de um fenômeno cultural, pois a cultura “[...] parece ser determinante de como os seres humanos se comportam [...]” (1995, p. 20). Por outro lado, seus textos seriam estudados no Leste nada menos do que por Lenin. Mais tarde sua obsolescência seria decretada por Stalin e, novamente, reabilitado durante o governo de Krushev.

Apesar de ter vivido um certo ostracismo após a dramática experiência da Primeira Guerra, Clausewitz nunca desapareceu completamente do debate sobre a guerra. Durante a Guerra Fria seu pensamento seria empregado na reflexão sobre o congelamento estratégico⁶ que se estabeleceu. “A intimidação nuclear deu à ameaça de guerra, e não à própria guerra, uma utilidade política e assim pôde ser tratada em termos clausewitzianos” (STRACHAN, 2008, p. 29).

Nos anos 80, os militares estadunidenses descobrem Clausewitz. A tradução do “Da Guerra” por Peter Paret e Michael Howard, em 1976, com comentários de Bernard Brodie, foi fundamental para a difusão de seu conteúdo. Logo surgiriam trabalhos amparados no pensamento do prussiano refletindo sobre a atividade militar estadunidense, particularmente na Ásia, como o *On Strategy: A critical Analysis of Vietnan War*, de Hammer Summer Jr. O pensamento de Clausewitz parecia iluminar a compreensão do “fracasso” estadunidense no Vietnã, particularmente com as interpretações militares que enfatizaram a trindade povo, exército e Estado. Cabe a consideração de que o prussiano fazia amplo uso de metáforas, sendo

⁶ O fato das potências antagonicas (EUA e URSS) deterem armas nucleares e se optassem por seu emprego acabaria conduzindo ao que se denominou por “destruição mútua assegurada” (MAD). Essa constatação levou a uma situação de congelamento estratégico.

esse o caso da trindade, que constitui apenas exemplos das abstrações violência, acaso e racionalidade, não devendo ser entendidas literalmente (MORAN, 2002, p. 27).

Colin Luther Powell⁷, como assinala Strachan (2008, p. 8), foi um dos militares estadunidenses que compartilhou o entendimento de que no “Da Guerra” podia-se encontrar explicações para o fracasso no Vietnã. Powell foi o grande arquiteto da adoção de uma interpretação específica do pensamento do prussiano. Essa interpretação, mais jominiana do que clausewitziana, fundava-se no entendimento de que Clausewitz era defensor do emprego da massa como o caminho para a vitória. As forças militares (meios de superfície, navais e aéreos) deveriam ser empregados de forma concentrada. Essa visão do emprego militar foi aplicada no Iraque e ficou conhecida como Doutrina Powell (1992). Essa concentração deveria ser direcionada para um ponto específico, que os militares estadunidenses haviam identificado nos textos do “Da Guerra”, algo intrigante que indicava a possibilidade da vitória ser atingida com rapidez e com a minimização de perdas por parte do atacante: o Centro de Gravidade (CG) do inimigo. Todavia, a escrita densa e complexa da obra não deixava claro como identificá-lo, o que resultou em distintas interpretações do conceito. Além da dificuldade de compreender o conceito, era necessário instrumentalizá-lo, desenvolver uma forma, uma metodologia de identificação do CG. Os esforços de instrumentalizar o conceito levaram à sua inserção na doutrina, no planejamento militar estadunidense. Posteriormente, o conceito e sua instrumentalização se espalharam pelas forças militares de todo o mundo.

3 O Centro De Gravidade

O que é o Centro de Gravidade (*Schwerpunkt*)? Não se trata de uma questão simples, já que Clausewitz desenvolveu muito pouco o conceito de forma objetiva em sua obra “Da Guerra”. A palavra aparece nas quase mil páginas da versão em português 28 vezes⁸. Em momento algum Clausewitz fornece uma conceituação formal do que viria a ser o CG. A leitura dessas poucas passagens, entretanto, permite sim reconstituir, em linhas gerais, como o autor compreendia o conceito. Contudo, cabe salientar que o prussiano jamais professou que estivesse formulando leis ou ferramentas imutáveis para compreender o fenômeno da guerra, muito menos que tal coisa fosse possível ou tivesse validade científica. Defendia que o planejamento

⁷Foi assistente do secretário de Defesa do EUA em 1983 e secretário de Estado de 2001 a 2005.

⁸Refere-se à tradução realizada por Parent e Howard.

e a condução da guerra pelo comandante dependiam da sua experiência, advinda da prática militar, do estudo da história militar e de sua sensibilidade, que o dotariam de um *Coup d`oeil*⁹.

Foram escolhidas três passagens de sua obra que se acredita poderem auxiliar no delineamento do que Clausewitz entendia como CG. Antes de apresentá-las é fundamental contextualizar a relação do pensamento do militar no âmbito da ciência no século XIX, antecipando que o termo CG não teria sido escolhido por acaso, mas emprestado da física. Segundo Echevarria II (2003, p. 110) é possível que o conceito realmente seja uma analogia do conceito da física mecânica. Quando foi diretor do *Allgemeine Kriegsschule*, Clausewitz conviveu e teria tido contato com as ideias de Paul Erman (1764-1851), físico e professor na instituição.

Na física mecânica, o CG, também denominado por baricentro de um corpo, é o ponto onde pode ser considerada a aplicação da força de gravidade de todo o corpo formado por um conjunto de partículas. O CG compreende o ponto, de um dado objeto, onde uma força aplicada o moverá com eficiência, não ocorrendo dispersão de energia. O conceito, presente em qualquer livro de física estudantil, fornece, por analogia, alguns indícios do que Clausewitz entenderia por CG em sua obra “Da Guerra”. Em primeiro lugar, o CG não seria fonte de força ou um elemento de fraqueza, mas um ponto focal, um ponto de convergência de forças. Pensem em um lutador. A força de seus golpes não depende exclusivamente dos músculos responsáveis pelo movimento de seus membros. A potência de seus golpes depende, fundamentalmente, do correto posicionamento do corpo, do seu perfeito equilíbrio. Esclarecida essa conexão necessária com a física, passar-se-á ao texto do “Da Guerra”.

Uma importante referência ao conceito será encontrada na página 148 da edição em português da editora Martins Fontes, onde Clausewitz tece considerações sobre a batalha de Vauchamps (14 de fevereiro de 1814), na qual as forças francesas, comandadas por Napoleão, enfrentaram as forças do Marechal de Campo Gebhard Leberecht von Blücher, comandante do exército da Silésia (Prússia e Rússia). Essa batalha foi a última da campanha dos seis dias da Sexta Coligação, que Napoleão se sagrou vitorioso, apesar de enfrentar um exército numericamente superior. Após derrotar Blücher, Napoleão manobrou suas forças contra o Príncipe Karl Pilipp von Schwarzenberg, da Áustria (exército da Boêmia). Para Clausewitz, a decisão de Bonaparte de abandonar a perseguição ao exército da Silésia, voltando-se para combater o da Boêmia, consistiu em um erro de avaliação. Mais tarde, um mês

⁹Expressão francesa que pode ser traduzida como vislumbre, ou literalmente como “Golpe do Olhar”. Compreenderia a habilidade desenvolvida pelo comandante, em função de sua experiência e de seu conhecimento da história militar, de avaliar com rapidez o ambiente da batalha e tomar uma decisão.

aproximadamente, ambos os exércitos se recuperariam da derrota, a França seria subjugada e Napoleão exilado em Elba. “Porque Blücher, ainda que mais fraco que Schwarzenberg, era, em conduta, em virtude de seu espírito empreendedor, o adversário mais terrível; era ele que representava, por consequência, o centro de gravidade que arrastava o resto em sua órbita” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 149).

Antes de prosseguir, cabe uma importante observação. Na versão para o inglês realizada por Paret e Howard o mesmo trecho sugere uma redação sutilmente diferente, mas de interpretação totalmente distinta. A tradução realizada por Maria Tereza Ramos (Martins Fontes, 1996) conduz à conclusão de que Blücher era o Centro de Gravidade, pois ele o representava. Na tradução de Paret e Howard), tem-se o seguinte texto: “Muito embora Blücher fosse mais fraco do que Schwarzenberg, o seu espírito audacioso o tornou mais importante. *O centro de gravidade estava com ele* e ele deslocou as outras forças em sua direção¹⁰” (tradução nossa, *destaque nosso*, CLAUSEWITZ, 1984, p. 163). Tomando por base as análises realizadas por Echevarria II (2004, p. 6) sobre a mesma passagem do “Da Guerra”, conclui-se pela incorreção constante na tradução de Maria Tereza Ramos. Blücher não representava CG, o CG estava com ele.

O que se pode depreender da supracitada passagem? Ao afirmar que o exército da Silésia era mais fraco do que o da Boêmia, Clausewitz referia-se aos números. As forças comandadas por Blücher compreendiam por volta por volta de 57 mil homens, enquanto que as do príncipe, algo por volta de 150 mil homens (HOLMES, 2006, p. 64). Todavia, como destaca o prussiano, o exército da Silésia era o ator mais importante a ser combatido. A manutenção da perseguição até que o exército e seu comandante fossem destruídos teria forte impacto psicológico na coalisão e teria levado o exército da Boêmia a se retirar. Deve-se perceber que Clausewitz não afirma que o exército de Blücher era o CG, mas que o CG estava com o oficial e as forças que comandava. O autor indicava o caráter centrípeto de um CG, que não deve ser entendido como uma força, mas sim como um elemento no qual diversos fatores convergem. Analisando essa passagem específica, Echevarria II (2004, p. 07) destaca que uma força armada não é uma fonte de poder, mas sim um ponto focal que atrai e cristaliza o poder de distintas fontes. Assim, líderes, capitais e redes de aliança são centros de atração e não poderes em si.

Na página 681 da tradução de Maria Tereza Ramos, Clausewitz indica que se deve pensar o CG de forma sistêmica. Ao analisar o opositor deve-se, em primeiro lugar, identificar

¹⁰“*Even though Blücher was weaker than Schwarzenberg, his enterprising spirit made him more important. The center of gravity lay with him, and he pulled the other forces in his direction*”.

se ele se comporta como uma única entidade e, caso afirmativo, o que mantém conexo todas as partes.

O centro de gravidade está sempre situado onde a maior massa de matéria está concentrada, e o golpe desferido no centro de gravidade de um corpo é o mais eficaz; o golpe mais poderoso é também aquele que se aplica com o centro de gravidade da potência utilizada. [...] As forças armadas de qualquer beligerante, Estado isolado ou alianças de Estados, tem uma certa unidade, e por consequência uma certa coesão. Estas forças armadas têm pois determinados centros de gravidade, cujos movimento e direção determinam os outros dois pontos, e tais centros de gravidade encontram-se onde estão reunidos os corpos de tropas mais importantes” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 682) (destaque nosso).

Reconhecendo-se que o CG deve ser buscado onde há a coesão das partes, entende-se que a existência de mais de um CG seria factível quando não existir essa coesão, quando houver a independência de algum elemento de um dado sistema analisado. Se pensarmos a Segunda Guerra Mundial e a aliança dos japoneses e os alemães, é fácil identificar que a guerra na Europa e a guerra no Pacífico eram distintas, sistemas completamente diferentes. Apesar da existência da aliança, havia pouca coesão entre esses dois sistemas. No contexto de dois teatros de Operação faz todo o sentido pensar na existência de dois CGs.

Nas páginas 884 e 885, Clausewitz reafirma, com alguns exemplos, o que foi apresentado nas passagens anteriores.

Nos Estados agitados por dissensões internas, este centro de gravidade reside em geral na capital; nos pequenos Estados que dependem de maiores ele encontra-se em geral no exército dos seus Aliados; numa Confederação, ele está na unidade dos interesses; numa sublevação nacional, ele é formado pela pessoa do chefe principal e pela opinião pública - e é contra esses pontos que o golpe deve ser dirigido (CLAUSEWITZ, 1996, p. 854-855).

Verifica-se que uma capital é entendida como CG não por ser um centro de poder, mas por seu papel de centro de coesão política, cultural, administrativo, etc. Da mesma forma, em uma coalização o CG será encontrado no que fornece “cimento” aos atores envolvidos.

Sistematizando, as referências ao conceito de CG permitem as seguintes conclusões. A primeira é que o opositor deve ser entendido como um sistema. Todo sistema compreende diversos elementos conectados entre si, em relações de dependência ou interdependência (*Zusammenhang*). No sistema, o CG compreenderia aquilo que lhe fornece coesão, só existindo CG onde há unidade sistêmica (ECHEVARRIA II, 2004, p. 6). A segunda, é que um CG não é um fator de força e tão pouco um fator de fraqueza ou debilidade a ser explorada. O CG é um *ponto focal*. Ele dá coesão ao sistema e tudo converge para ele. A ameaça a ser

enfrentada, entendida como um sistema coeso, como uma unidade, e o CG como um ponto focal, nos remete à conclusão de que o ataque a esses pontos precisa ser restrito ao menor número possível de ações (ECHEVARRIA II, 2004, p. 4). Uma terceira característica a considerar é que no “Da Guerra” não é utilizado “[...] o termo *Quelle* correspondente à *fonte*, mas sim a expressão rastrear o pleno peso (*Gewicht*) da força do inimigo até tão poucos CG quanto possíveis” (ECHEVARRIA II, 2004, p. 5). Assim, não há uma indicação de que Clausewitz cria na existência de vários CGs em um único sistema. Por último, considerando-se a distinção entre Guerras Ilimitadas e Limitadas¹¹, infere-se que o prussiano reconhecia a existência de CG apenas em determinados tipos de guerra, nas quais se tem como objetivo a derrota plena do inimigo, já que “[...] a imensa quantidade de energia e outros recursos que entram nas guerras destinadas a alcançar a vitória decisiva podem fazer emergir os CG e suas áreas de influência” (ECHEVARRIA II, 2004, p. 9). Em outros termos, para Clausewitz nem sempre a identificação de um CG inimigo será possível ou necessária. O tipo de guerra e os objetivos envolvidos definiriam essa possibilidade.

3.1 O conceito permanece relevante?

Inequivocamente, a obra de Clausewitz tem atormentado militares e acadêmicos por razões distintas. Aos acadêmicos refere-se ao debate sobre a contemporaneidade da reflexão realizada pelo prussiano sobre o que é o fenômeno a guerra. Predomina a divergência quanto a capacidade de sua teorização ainda dar conta dos conflitos na atualidade, o que não é objeto desse artigo. No campo militar também reina o dissenso, especificamente sobre a possibilidade de seu pensamento ter emprego no planejamento militar, ou melhor, na condução da guerra. Ironicamente, o autor manifestou que suas ideias não deviam ser compreendidas como fórmulas para fazer a guerra, mas sim como uma tentativa de compreender o fenômeno da guerra (MORAN, 2002, p. 27).

Em se tratando dos críticos do pensamento de Clausewitz, Eikmeier (2017, p. 2-3) propõe uma divisão em dois grupos: os profissionais e os filósofos. Os profissionais é um grupo constituído por militares, que entendem a obra “Da Guerra” como orientada para como fazer a

¹¹Como aponta Duarte (2015, p. 123), ao tratar do pensamento de Clausewitz, uma guerra ilimitada é aquela “[...] em que a animosidade e os efeitos recíprocos de elementos hostis demandam que a vontade de seguir lutando do oponente seja quebrada”. Todo o Estado é mobilizado para destruir plenamente o esforço de guerra do inimigo. Nas Guerras Limitadas os objetivos políticos são bem definidos e claros. O objetivo não é a destruição do inimigo, mas sim “[...] tornar o oponente inseguro sobre o futuro e impressionado pela sua situação de inferioridade. Nesses casos, deve-se ter uma limitação na aplicação de força e esta não deve ser mais que o absolutamente necessário” (ibidem, p. 126).

guerra. Assim, preocupam-se com o conceito de CG e sua aplicabilidade, que entendem ser duvidosa. Argumentam que desde os anos 90 interpretações diversas têm se superposto, muitas pautadas nas metáforas utilizadas na obra e com pouca aplicação da lógica. Esse grupo aponta, corretamente, que além da confusão que envolve o conceito, muito pouco se apresentou em termos de identificação do CG, de metodologias para a sua identificação e sua operacionalização. O segundo grupo, os filósofos, relaciona-se com a obra de Clausewitz enquanto um esforço de compreensão do fenômeno a guerra. Esse último entende que o sistema pensado pelo prussiano era simples, produto da observação das guerras dos séculos XVIII e XIX e, por isso, incapaz de dar conta da atual realidade das relações internacionais contemporâneas. Nesse grupo, William J. Davis, Christopher Papparone e Mary Kaldor seriam seus representantes. Kaldor (1999), por exemplo, defende que Clausewitz teorizou sobre uma determinada realidade que foi superada historicamente. Para ela, a reflexão sobre o fenômeno a guerra foi dominada durante muito tempo pela perspectiva westfaliana, pela ótica de que as relações internacionais são dominadas pelos entes estatais. Todavia, essa realidade teria se modificado profundamente com o fim da Guerra Fria e o fim do bipolarismo. A globalização trouxe à baila novos atores antes não considerados, como organizações criminosas internacionais, grupos paramilitares, etc.

Retornado aos profissionais, pode-se afirmar que suas preocupações são procedentes, pois são diversas as interpretações existentes do conceito e inexistiam esforços de operacionalizá-lo até o final dos anos 80. A adoção do conceito exigia o desenvolvimento de um meio de identificação do CG, o que naturalmente decorreria em uma evolução do conceito como ferramenta de planejamento. Entre os que se dedicaram ao empreendimento destacam-se: John Warden III, Joe Strange, Richard Iron e Dale C. Eikmeier.

4 O CG como uma ferramenta de planejamento

Coube a John Warden III, coronel reformado da Força Aérea dos Estados Unidos, a iniciativa de empregar o conceito de CG em um planejamento militar. Esse emprego só foi possível mediante o desenvolvimento do conceito e da formulação de uma sistemática que possibilitava torná-lo uma ferramenta de planejamento. A obra que cristaliza seu pensamento, *“The Air Campaign: Planning for Combat”* (WARDEN III, 1989), foi escrita durante sua passagem como estudante pela *National War College*. O texto original foi escrito antes do desmoronamento do mundo soviético, logo, a sua atenção estava voltada para um possível enfrentamento no teatro europeu (METS, 1999, p. 55). Warden III teve participação importante

no planejamento estratégico da Guerra do Golfo (ago. de 1990 a set. de 1991), mas ela se deu quase que por mero acaso.

Em linhas gerais, seu pensamento pode ser sistematizado em algumas premissas: 1) o comportamento humano é imprevisível e complexo (complexidade percebida por Clausewitz); 2) os efeitos materiais decorrentes das ações militares podem ser previstos; 3) a superioridade aérea é um requisito para a vitória; 4) a ofensiva é a mais forte cristalização da Guerra Aérea; 5) a vitória é sempre ativada na mente do comando inimigo, logo todas as ações devem ser direcionadas contra esse ponto; e 6) os estadunidenses são sensíveis às baixas amigas e até as inimigas (METS, 1999, p. 58-59). Assim, em função do comportamento imprevisível e errático dos seres humanos, no caso dos inimigos, as ações planejadas devem ser direcionadas contra suas capacidades, pressuposto fundamental para que se compreenda a sua teoria dos “Cinco Anéis”. Para Warden III, as ações militares devem estar alinhadas como os objetivos políticos (mais uma vez, a presença do pensamento do prussiano) e direcionada às capacidades e não para a obtenção de efeitos psicológicos (perspectiva do bombardeio estratégico na Segunda Guerra). Ele pensa o inimigo como um sistema, constituído por cinco níveis, mais precisamente anéis concêntricos, tendo como centro a Liderança, seguida por Sistemas Essenciais, Infraestrutura, População e, por último, as Forças Armadas. Os cinco círculos apresentados pelo autor compreenderiam os atributos do sistema, os quais manifestariam cada um a existência de um ou mais CGs, que deveria ser atingido pelo poder militar. Quanto maior a distância do centro encontrar-se-á mais CGs. Todavia, os CGs mais próximos do centro, em menor número, possuem a capacidade de fazer colapsar o sistema como um todo. Contudo, Warden III não propôs que esses alvos (CGs) identificados fossem batidos de forma segmentada ou sequencial, mas de forma simultânea.

A visão de Warden III condicionou o planejamento das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, entretanto, cabe a consideração de que à época existiam distintas interpretações do conceito de CG pelas forças. A visão de Warden III representava o enfoque da Força Aérea e pesou na decisão do Gen. Herbert Norman Schwarzkopf Jr que selecionou três CGs: os centros de lideranças e comando e controle, as armas de destruição de massa e a Guarda Republicana¹². A Guarda Republicana foi apresentada pelo Exército como CG, já as armas de destruição em massa eram consenso entre as forças estadunidenses. Para Eikmeier (2017, p. 2), cujas ideias

¹² “O Exército iraquiano era experiente e muito bem equipado. Quando totalmente mobilizado, contava com um milhão de homens, organizados em sessenta divisões, incluindo 12 blindadas e mecanizadas. Sete divisões pertenciam à Guarda Republicana, mais bem equipada e escolhida com base na confiança política” (KEEGAN, 2005, p. 97-98).

também serão apresentadas neste artigo, a pluralidade de CGs redundou em desperdício de energia e no combate desconectado, no qual as forças atuaram de forma independente e não sinérgica.

Posteriormente a Warden III, três outros militares se destacaram em seus esforços em operacionalizar o conceito desenvolvendo sistemáticas para a sua identificação. O primeiro esforço partiu do Dr. Joe Strange, do *USMC War College* e do Coronel Richard Iron, do Exército do Reino Unido. Nas obras *Understanding Centers of Gravity and Critical Vulnerabilities*, publicada em formato livro em 2005 e em *Center of Gravity & Critical Vulnerabilities: building on the Clausewitz Foundation so that we can all speak the same language*, de 1996, desenvolveram, além de uma interpretação singular de CG (fontes primárias de força moral ou física, poder e resistência), os conceitos de Capacidade Crítica (CC - habilidades primárias de um CG, para serem identificadas como tal no contexto de um determinado cenário, situação ou missão), Requisito Crítico (RC - condições, recursos e meios essenciais para que uma capacidade crítica seja totalmente operacional) e Vulnerabilidade Crítica (VC - RC ou seus componentes deficientes, ou vulneráveis à neutralização, interdição ou ataque (dano moral/físico) de forma a alcançar resultados decisivos – quanto menores os recursos e esforço aplicados e quanto menor o risco e custo, melhor)¹³, incorporados pelas forças armadas estadunidense.

Iron e Strange (2004) entendem que em diversas passagens do “Da Guerra”, como no livro 8, ao se referir a Gustavo Adolfo, Charles XII, Frederico o Grande e seus exércitos, e no capítulo 27 do livro 6, ao afirmar que o CG está onde a massa está concentrada, evidencia-se que o prussiano se referia às forças militares opositoras. Assim, entendem que o CG são *fontes* de força, poder e resistência e não pontos focais (STRANGE, 1996), e por isso essas “fontes” devem ser físicas e não abstratas. Para os autores coesão, unidade e interesses políticos não são CG (IRON; STRANGE, 2004, p. 21-23).

Quanto ao seu sistema de identificação, Strange e Iron (2004) baseiam-se em uma espécie de matriz SWOT, na qual se identifica primeiro o CG, dele derivando a Capacidade Crítica, seguida pelo Requisito Crítico e, por fim, a Vulnerabilidade Crítica. A grande crítica ao sistema é que ele não apresenta um caminho claro ou sistemático para a identificação do CG.

¹³“*Center of Gravity-Primary sources of moral or physical strength, power and resistance; Critical Capabilities-Primary abilities which merits a Center of Gravity to be identified as such in the context of a given scenario, situation or mission; Critical Requirements-Essential conditions, resources and means for a critical capability to be fully operative; e Critical Vulnerabilities: Critical requirements or components thereof which are deficient, or vulnerable to neutralization, interdiction or attack (moral/physical harm) in a manner achieving decisive results - the smaller the resources and effort applied and the smaller the risk and cost, the better.*” (STRANGE, 1996).

Todos os demais elementos da matriz são identificados após o primeiro passo: a identificação do CG¹⁴, que deve ser possível graças à experiência do comandante e do estudo da história militar.

Uma segunda sistemática foi proposta por Dale C. Eikmeier, considerada por muitos como a melhor “fórmula” de identificação, apesar das críticas de que seu método se adequa perfeitamente ao nível operacional do planejamento, sendo limitado na análise do ambiente estratégico da guerra. Nas sistemática proposta por Eikmeier, os conceitos propostos por Iron e Strange foram incorporados.

Ao contrário de Iron e Strange, Eikmeier (2017, p. 5-6) defende que o CG constitui parte de um sistema que deve ser compreendido a partir da análise do estado existente, aquele a ser enfrentado (entendido como ambiente estratégico ou operacional que o analista encontra ao iniciar o planejamento). No processo de identificação, a reflexão para onde se pretende ir (quais as mudanças são desejadas no estado existente com as ações militares) também é fundamental. O estado existente modificado pelas ações militares é denominado estado final desejado. Na ameaça a ser enfrentada militarmente buscar-se-á o CG, um ponto focal, que se alimenta de todo o sistema e é uma fonte de força dele.

Em função das distintas interpretações de cada força e da ausência de um método prático que permita identificá-lo, para o autor o conceito veio a se converter em um problema.

Estudantes militares definindo o conceito de Centro de Gravidade são como homens cegos descrevendo elefantes. Eles sabem que a definição existe, mas eles o descrevem de acordo com suas experiências, e invariavelmente, alguém irá definir CG como a vontade do povo (EIKMEIER, 2004, p. 2).

Isto posto, ele propõe que a doutrina do Exército dos EUA e a doutrina conjunta alterem o conceito de CG, baseado em metáforas, para a seguinte proposição: “Uma fonte de poder do sistema para agir”¹⁵ (EIKMEIER, 2004, p. 2, tradução nossa), ou faça com como as forças australianas que adotaram o conceito de CG como “a principal entidade que possui a capacidade intrínseca de alcançar o objetivo” (EIKMEIER, 2017, p. 3). Sua principal crítica ao estado atual do conceito é o fato de fazer inferir que o CG só possa existir em forças militares, excluindo os demais atores que, principalmente, tem tido importância destacada em um mundo global e complexo.

¹⁴Buscando contornar essa dificuldade, a Escola de Guerra Naval (EGN-RJ) tem adotado uma alteração da matriz, que parece ser uma influência do teórico Eikmeier, na qual identifica-se primeiro as CC, de uma delas deduz-se o CG, prosseguindo com o estabelecimento dos RCs e das VCs.

¹⁵“*A system’s source of power to act*”.

Para orientar a identificação do CG, Eikmeier desenvolveu o *método Fins, Modos e Meios*. De forma muito superficial, seu método baseia-se na formulação de uma série de questionamentos que, devidamente respondidos, chega-se ao CG. O primeiro passo é identificar o estado existente e o estado final desejado do sistema (o opositor). Na sequência, identificar quais ações garante que o sistema cumpra seu objetivo (são as CCs e tem a forma de verbos). Por último, listar todos os requisitos necessários às CCs identificadas (substantivos). Por último, identificar os RCs e, entre eles, aquele é capaz de sozinho cumprir o objetivo do sistema.

O autor oferece alguns exemplos em seu artigo *Center of Gravity Analysis* (2004), que tendem a ser polêmicos, do que seria ou não um CG: Forças serão sempre potenciais CGs (conjuntas, aéreas, navais, operações especiais, forças de segurança, guerrilheiros e paramilitares); a vontade do povo, normalmente entendida como um CG intangível é um erro, pois ela é um requisito (se essa vontade se materializar em uma força, esta é o CG); lideranças/personalidade, é apontado como outro equívoco (Churchill foi fundamental para a Inglaterra, mas ele necessitava de uma força para materializar sua vontade); a mobilidade estratégica é mais um exemplo de equívoco (deve-se considerar o FEDEX ou os correios um CG?); a Mídia, apenas um requisito; e as Coalisões são outro exemplo de requisito.

5 O conceito no Brasil

No Brasil, o conceito desembarca como doutrina, como ferramenta de planejamento pronta para uso. Percebe-se que esse foi incorporado sem o debate necessário, sem a devida compreensão do contexto histórico e social em que se processou a recuperação do pensamento de Clausewitz. O conceito de CG encontra-se presente nos principais manuais das três forças e, principalmente, na doutrina de Operações Conjuntas¹⁶. O trabalho do Dr. Joe Strange e do Coronel Richard Iron foi incorporado pelo Ministério da Defesa constando da publicação MD-30-M-01 – volume 2 – “Doutrina de Operações Conjuntas” (2011), e permaneceu na 2ª edição do documento (2020), com a denominação de “Metodologia dos Elementos Críticos” (BRASIL, 2020, p. 223). Na segunda edição do volume 2, a sistemática proposta por Eikmeier é incorporada como uma alternativa. Sinteticamente, nos documentos doutrinários das forças armadas brasileiras o CG é identificado como força ou fonte de força. Admite-se a existência

¹⁶As Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) podem ser empregadas em operações individualmente. Todavia, isso tem se tornado cada vez mais impossível em função das missões que exigem o emprego coordenado das diferentes forças sob um mesmo comando. Essa realidade exigiu a constituição de uma doutrina comum às forças, denominada por Doutrina de Operações Conjuntas. Quando forças nacionais operam com forças de outros países, sob um mesmo comando, diz-se que se realiza uma Operação Combinada.

de diversos CGs, ao menos um para cada nível de planejamento (Estratégico, Operacional e Tático). Nos planejamentos militares voltados para situações de conflito, nos seus diversos níveis, o CG constitui parte integrante e importante do processo, já que as ações planejadas devem estar direcionadas ao CG, ou CGs, identificados do inimigo, bem como as ações de defesa objetivam a proteção do CG ou CGs próprios.

Obviamente, o conceito é estudado no âmbito das escolas militares, estando presente em trabalhos de conclusão de cursos da ECEME (Escola de Estado-Maior do Exército Brasileiro) e da EGN (Escola de Guerra Naval). Todavia, não foi possível identificar a existência de pesquisas realizadas por civis e militares que tratem do emprego do conceito em planejamento de operações estranhas à guerra, algo que tem se tornado presente, como se verá. As pesquisas realizadas por militares contemplam, por exemplo, se Clausewitz ofereceu elementos suficientes para uma compreensão do conceito de CG e se é possível o desenvolvimento de uma sistemática que permita sua identificação (VITURIANO, 2015), promovem revisões bibliográfica sobre as tentativas de instrumentalização do conceito como ferramenta de planejamento (MARINHO, 2019), tratando, basicamente, de obras de militares estadunidenses. No entanto, há uma enorme lacuna no conhecimento quanto aos limites do conceito. Os limites apontados pelo próprio Clausewitz são ignorados.

Não é difícil encontrar textos que tratam do CG em Operações de Garantia da Lei e da Ordem ou em Operações de Paz, por exemplo, dedicando-se a tratar de sua identificação que, na maioria absoluta das vezes, concluem que a população é o CG. Não há indicativos que tenha ocorrido, em algum momento, um debate sobre a adequação do conceito às práticas militares nacionais.

Percebe-se, entretanto, que o conceito foi empregado de forma generalizada além dos planejamentos militares voltados para situações de defesa da pátria. A atuação das forças armadas no Brasil se desenvolve fundamentalmente no campo das tarefas subsidiárias, conforme estabelecido na lei Complementar nº 97, de julho de 1999. Isto posto, o que se tem presenciado é o emprego do conceito em uma miríade de planejamentos, desde Operações de Garantia da Lei e da Ordem, como a Operação São Francisco (abril de 2014), no Complexo da Maré, até em operações de acolhimento de refugiados, como a Operação Acolhida, de recepção e apoio aos imigrantes venezuelanos, iniciada em 2018 e ainda em andamento.

Obviamente, a extrapolação de um conceito criado para o âmbito da guerra desenvolve naturais problemas que podem ser demonstrados na análise do caso da Operação São Francisco. Cabe lembrar que a ativação da Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorria dentro

de um contexto em que o Rio de Janeiro sediaria “grandes eventos” como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. A GLO atendia à solicitação do governador, que ocorreu após uma série de ataques às Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na zona norte da cidade (2014). A escolha da ocupação da Maré é facilmente compreendida mediante uma simples consulta ao mapa da cidade do Rio de Janeiro. Considerando pontos importantes como o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim e onde se desenvolveriam as competições, conclui-se que o Complexo da Maré se encontra no principal “*hub*” onde se interconectam as principais vias de acesso da cidade – Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil – que levam a esses mesmos pontos. Em outros termos, a atividade criminosa no Complexo da Maré poderia comprometer o bom funcionamento dos eventos e a imagem do Brasil e do Rio de Janeiro no exterior. Como fica explicitado no Aviso nº 154 – GSIPR/CH/SCAN e na Diretiva Ministerial do MD nº 13, de 15 de maio de 2014, caberia aos militares “preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio e outras ações de GLO no Complexo da Maré” (RELATÓRIO CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, 2017), em suma, tratava-se do planejamento de operações de natureza tipicamente policial.

Na busca por compreender como o conceito foi utilizado pelos militares brasileiros no planejamento de operações de não guerra¹⁷, foram selecionados textos produzidos por militares, tratando especificamente do planejamento da operação na Maré. São textos que explicitam que foi efetuado um esforço de identificação do CG. Não fica claro nos textos em questão qual a metodologia empregada em sua identificação, mas evidencia-se como a transposição de um conceito sem seu devido debate e reflexão pode transformá-lo em uma ferramenta totalmente inútil. Os textos consultados apontam que a opinião pública foi identificada como o CG da operação (CAMPOS, 2016; DORIA, 2019, ESCOTO, 2015; XAVIER, 2017).

Antes de tratar da questão propriamente dita, cabe tecer algumas considerações sobre o verdadeiro “contorcionismo” praticado pelas fontes supracitadas, as quais transparecem ser legítimos representantes do pensamento dos militares sobre a participação em questão. As atividades de GLO, previstas aos militares constitucionalmente, já destacadas como de natureza policial, são transfiguradas por uma narrativa que apresenta os fatos que as motivaram como um novo tipo de conflito, que exige uma resposta militar. Dessa forma, questões de segurança pública, passíveis de respostas sob a forma de políticas públicas, são transmutadas em “guerra

¹⁷ “Operação em que as Forças Armadas, embora fazendo uso do Poder Militar, são empregadas em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, em que esse poder é usado de forma limitada. Podem ocorrer, inclusive, casos nos quais os militares não exerçam necessariamente o papel principal” (BRASIL, 2007, p. 181-182).

irregular” (CAMPOS, 2016, p. 17), em “conflitos irregulares assimétricos” (ESCOTO, 2015, p. 6), “guerra no meio do povo” (XAVIER, 2017, p. 121), “guerra de três quarteirões” (DORIA, 2019, p. 101). Entender as ações de GLO dentro de um contexto de conflito facilita o emprego da doutrina, mas deforma a realidade. Atividade criminosa distingue-se de guerra. Infere-se que essas leituras consistam em manifestações de uma longa trajetória das forças armadas brasileiras de ações voltadas para dentro, contra “inimigos internos”, o que não cabe aprofundar neste trabalho.

Cabe enfatizar que o conceito de CG, desenvolvido por Clausewitz, foi direcionado a um tipo de guerra específico, no qual o objetivo era a destruição das forças inimigas. Clausewitz não tratava de guerras com objetivos limitados, não cria na existência de CG nesse tipo de conflito. Outro aspecto que não se deve ignorar é o entendimento de que o inimigo deve ser compreendido como um sistema. Entender o inimigo como um sistema conduz à conclusão decorrente de que o CG, independentemente das especificidades das diversas interpretações do conceito, em função de sua centralidade, tem posição predominante no sistema identificado. Pela perspectiva de sistema, como aceitar que o narcotráfico e outros ilícitos conexos no Complexo da Maré constituam um sistema em si? A realidade criminal do complexo não tem íntima conexão com a realidade fora dos limites da comunidade? As organizações criminosas que ali atuam, bem como suas atividades, não estão inseridas dentro de um universo maior? Por si só, esses aspectos indicam a inadequação da aplicação do conceito.

A distorção da aplicação de um conceito gestado para compreender a guerra a uma realidade operacional totalmente distinta, naturalmente conduz ao reconhecimento de que o sucesso de operações de natureza policial de maior duração, que provocam naturais transtornos no cotidiano da população afetada, terá na opinião pública o principal fator de sucesso (MENDES, 2012). Cabe então considerar a validade de uma ferramenta de planejamento que sempre identificará nas operações de GLO o mesmo CG.

6 Considerações Finais

A principal obra de Clausewitz não tinha a pretensão de oferecer formulações sobre como conduzir a guerra. Sua preocupação estava profundamente direcionada para a compreensão do fenômeno a guerra, de sua natureza. O conceito de CG em sua obra não possuía a centralidade que muitos militares vieram a atribuir nos anos 80 e 90. Como se procurou apresentar, a ideia de que era possível fazer desmoronar o esforço inimigo sem grandes perdas

de meios e homens seduziu os militares estadunidenses, que identificaram no texto da obra as ferramentas interpretativas da experiência no Vietnã e de como vencer qualquer inimigo.

Muito do esforço de introdução do conceito de CG na doutrina estadunidense dependia de operacionalizá-lo, torná-lo aplicável no planejamento militar, já que o general prussiano apenas ofereceu exemplificações que deixaram mais dúvidas do que respostas, particularmente sobre como identificar o CG inimigo. Em resposta a essa necessidade, alguns esforços de operacionalizar o conceito foram efetuados, ocorrendo o primeiro emprego do conceito nos planejamentos que antecederam a Guerra do Golfo.

No Brasil, o conceito de CG foi incorporado na doutrina das forças armadas. Entretanto, o conceito, direcionado a um tipo específico de guerra em que o objetivo é a destruição do inimigo, foi transposto para o planejamento das operações de GLO e outras operações de não guerra, com resultado estéril em termos operacionais. O exemplo da incorporação do conceito CG à doutrina militar nacional é demonstrativo de que a apropriação de ferramentas produzidas em outros contextos sociais e históricos não deve ocorrer sem a devida reflexão e identificação de sua adequação ou não à realidade nacional.

Referências

ARON, A. *Pensar a Guerra, Clausewitz.: a era planetária*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD-30-M-01 – Doutrina de Operações Conjunta. Vol. 2. 2ª ed.*: Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD-35-G-01 – Glossário das Forças Armadas. 4ª ed.*: Brasília, DF, 2007.

CAMPOS, M. B. Força de Pacificação – Operação São Francisco: Políticas Integradas de Segurança Pública na Cidade do Rio de Janeiro – Complexo Da Maré – Forças Armadas Brasileiras. *Military Review*, p. 12-18, mar/abr 2016.

CLAUSEWITZ, C. V. *A Campanha de 1812 na Rússia*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*. Tradução de Maria Tereza Ramos. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLAUSEWITZ, C. V. *On War*. Translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.

DÓRIA, A. J.G. Operações de garantia da lei e da ordem realizadas no Estado do Rio de Janeiro: Lições aprendidas e modelos de emprego das Forças Armadas. *A Defesa Nacional*. Vol. 106, nº 839, mai./jun. 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjQ_OHyk7bwAhWpILkGHXVcCb8QFjABegQIAhAD&url=http%3A%2F%2Febrevistas.eb.mil.br%2FADN%2Farticle%2Fdownload%2F3340%2F2711&usg=AOvVaw1vYETYQGTywGMlzgvz9IIE. Acesso em: 06 mai. 2020.

DUARTE, E. E. Clausewitz, Corberth e o desafio das Guerras Limitadas. *Revista da Escola Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 115 – 144, jul./dez. 2015.

ECHEVARRIA II, A. J. Clausewitz's Center of Gravity: It's Not What We Thought. *Naval War College Review*, Newport, Rhode Island, v. 56 no. 1, p. 108-123, 2003. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apjp/2004/1tri04/echevarria.html>. Acesso em: 23 mar. 2008.

ECHEVARRIA II, A. J. Recolocar no "caminho certo" o conceito de centro de gravidade. *Maxwell Air force Base*, 2004. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apjp/2004/1tri04/echevarria.html>. Acesso em: 18 fev. 2008.

EIKMEIER, D. C. Center of Gravity Analysis. *Military Review*, july-august 2004.

EIKMEIER, D. C. O Centro de Gravidade Ainda é Relevante Depois de Todos esses Anos? *Military Review*, p. 1-8, dez. 2017.

ESCOTO, Roberto. Guerra Irregular: a Brigada de Infantaria Paraquedista na Pacificação do Complexo da Maré. *Defesanet*, Brasília, 2 set. 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/20218/GUERRA-IRREGULAR--A-Brigada-de-Infantaria-Paraquedista-na-Pacificacao-do-Complexo-da-Mare/>. Acesso em: 8 mar. 2017.

HOLMES, R. *The Napoleonic Wars Experience*. London: André Deutch, 2006.

IRON, R.; STRANGE, J. *Center Of Gravity: What Clausewitz really Meant*. *Defense Technical Information Center*, 2004. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA520980.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

KALDOR, M. *Old and New Wars: organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KEEGAN, J. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIDDELL HART, B. H. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1982.

MARINHO, C. P. *O Centro de Gravidade nos conflitos armados: origem, abordagens contemporâneas e suas contribuições para as operações conjuntas*. Trabalho de Conclusão de Curso (pós- graduação) Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, EGN, Rio de Janeiro, 2019.

MENDES, C. A. K. Considerações Sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro. *Military Review*, p. 19-27, jun/jul 2012.

METS, D. R. *The Air Campaign: Jon Warden and te Classic Airpower Theorists*. Revised. ed. Alabama: Air University Press, 1999.

MORAN, D. Strategic Theory and the History of War. In: BAYLIS, J., et al. *Strategy in the Contemporary World: an introduction on strategic studies*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 17-44.

PARET, P. Clausewitz. In: PARET, P. *Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. p. 257-292.

RELATÓRIO Conjunto das Forças Armadas. *brasil.estadao.com.br*, 2017. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/carnaval-2013/wp-content/uploads/sites/482/2017/12/Relat%C3%B3rio-conjunto-das-For%C3%A7as-Armadas-2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SHY, J. Jomini. In: PARET, P. *Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. p. 201-256.

STRACHAN, H. *Sobre a Guerra de Clausewitz: uma biografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

STRANGE, J. *Center of Gravity & Critical Vulnerabilities: building on the Clausewitz Foundation so that we can all speak the same language*. 2a. ed. [S.l.]: Marine Corps War College, 1996.

VITURIANO, C.U. *Is it possible to establish a Cartesian methodology to determine the center of gravity?* Canadian Forces College, Toronto, 2015.

WARDEN III, J. A. *The Air Campaign: Planning for Combat*". [S.l.]: Universe, 1989.

XAVIER, P. A. *As Considerações Civis no Processo de Decisão dos Comandantes Níveis Companhia e Pelotão da Força-Tarefa Patriota na Operação São Francisco VI*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 2017.

Recebido em 07 de maio de 2021.

Aceito para publicação em 16 de setembro de 2021.